



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Cidadania acerca do Programa Bolsa Família, PAA, Seguro Defeso e BPC no Estado do Acre”.

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Cidadania acerca do Programa Bolsa Família, PAA, Seguro Defeso e BPC no Estado do Acre, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual o número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família e o valor total dos benefícios pagos em cada município do Estado do Acre?
- b) Qual o valor total dos recursos destinados de 2012 até 2019, ano a ano, ao Programa de Aquisição de Alimentos em todo o país, e o valor total destinado ao Estado do Acre no mesmo período?
- c) Qual o número de beneficiários do BPC e o valor total desse benefício pago em cada município do Estado do Acre?
- d) Qual o número de beneficiários do Seguro Defeso e o valor total desse benefício pago em cada município do Estado do Acre?



JUSTIFICAÇÃO

Os benefícios dos programas sociais são hoje uma fonte de renda importante para a economia de qualquer município brasileiro. Os pagamentos feitos pelo governo federal com calendário fixo ou pela prestação de serviços, como é o caso da aquisição de alimentos, movimentam o comércio e o setor de serviços das cidades, gerando oportunidade de novos empregos e retorno em tributos para as prefeituras e o Estado.

No Acre os benefícios da Previdência, Seguro Defeso, somados aos programas sociais do governo federal como o Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Minha Casa, Minha Vida, Programa Nacional de Habitação Rural, entre outros, contribuíram nos últimos anos com renda para os municípios enfrentarem a atual crise econômica.

A preocupação dos pequenos municípios, como é o caso da maioria das cidades acreanas, é que o governo federal reduza o número de beneficiários, diminuindo a renda que movimenta a economia local e que hoje garante entrada de dinheiro novo todos os meses e reforçam o caixa das prefeituras pelos impostos que geram.

Com base nessas afirmações, solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 2019.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC